



TCU vê irregularidades em contratos dos Correios

O Tribunal de Contas da União identificou indícios de irregularidades em 26 dos 54 contratos dos Correios e do IRB — Instituto de Resseguros do Brasil. O anúncio foi feito nesta segunda-feira (10/10), durante reunião entre a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios e o TCU. Em relação aos Correios, as possíveis fraudes foram detectadas em contratos de publicidade, rede postal noturna e serviço de correio híbrido.

O presidente do TCU, Adylson Motta, ressaltou a existência de serviços superfaturados, notas frias e trabalhos não executados nos contratos dos Correios. Também há uma série de irregularidades já comprovadas que envolvem as agências de publicidade SMPB e DNA, do empresário Marcos Valério de Souza, apontado como operador do “mensalão”. As informações são da *Agência Câmara*.

Adylson Motta entregou relatórios preliminares à CPMI. A conclusão ainda depende do aprofundamento da investigação, com direito de defesa aos acusados. Em alguns casos, como no contrato do correio híbrido, o indício de fraude foi tão contundente que o tribunal já concedeu ação cautelar para suspender a assinatura ou a execução contratual.

Na reunião desta segunda-feira, também ficou acertado que técnicos do TCU vão auxiliar a CPMI na investigação sobre as relações da SMPB e da DNA com outras empresas privadas na montagem do esquema de caixa dois do PT.

O relator da comissão, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), esclareceu que a parceria vai investigar mais incisivamente as concessionárias e empresas privadas. “Vamos quebrar os sigilos das empresas que tiveram relações comerciais com a SMPB e a DNA, para que possamos identificar, efetivamente, de onde é que os recursos saíram para canalizar R\$ 1,8 bilhão, que foi manipulado nas contas do contexto do grupo de Marcos Valério”, disse.

Osmar Serraglio explicou que, enquanto o TCU vai deter-se sobre os contratos privados de Marcos Valério, as auditorias externas que serão contratadas pela CPMI deverão concentrar-se no suposto uso de fundos de pensão para alimentar o esquema do empresário mineiro.

Date Created

10/10/2005